



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

PREGÃO ELETRÔNICO 26/2025 – PROCESSO 65/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Saúde

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.912.500,60(*dois milhões e novecentos e doze mil e quinhentos reais e sessenta centavos*).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/11/2025 às 08:30:h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

LOCAL:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025

O MUNICÍPIO DE IBIAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, centro, cidade de Ibiaí - MG, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura da licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 232, de 08 de fevereiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

- 1.1. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que preencherem as condições constantes deste Edital.

3.1.1 Em atendimento ao disposto no artigo 48, I da Lei Complementar nº 123/026, os ITENS que não ultrapassarem o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) terão participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

3.1.2 Os itens que ultrapassarem o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão de ampla participação, com reserva de cota de 25% EXCLUSIVA as Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte-EPP, Microempreendedores Individuais-MEI, e demais equiparadas, sem prejuízo da participação dessas na cota principal/ampla participação.

3.1.3 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 3.2. A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante junto ao site PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, nos termos dos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 supra.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade **dos custos de fornecimento**, bem como o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. *Valor unitário e total do item;*
 - 5.1.2. Descrição;
 - 5.1.3. Marca;
 - 5.1.4. *Quantidade, devendo ser a totalidade do item por ele cotado.*
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante Não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto par a contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os produtos em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (Um centavo)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.



- 6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 0 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. **Os documentos previstos no Termo de Referência (subitens 8.3 a 8.24 do Termo de Referência)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o **FORNECIMENTO** objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.9.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9.4. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

8.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. **A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.**

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.**

11.3. **Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:**

11.3.1. **a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;**

11.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

11.3.3. **o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;**

11.3.4. **na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.**

11.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. **O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.**
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.ibiaí.mg.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 12.1.5. fraudar a licitação
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Município de Ibiaí/MG**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.10. **A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.**
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Ibiaí.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio eletrônico: licitacao@ibiai.mg.gov.br*

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. **O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.**

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.ibiai.mg.gov.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. **ANEXO I** - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. **ANEXO II** – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. **ANEXO III** – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3.1 Apêndice do Anexo III - Cadastro de Reservas ARP

14.11.4 **ANEXO IV** – Modelo de Proposta Comercial

Ibiaí – MG, 12 de novembro de 2025.

Carla Simone Soares Da Conceição Ramos

Secretaria Municipal de Saúde

Maurina Fonseca Mota De Matos

Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 065/2025)

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SEQ	ITEM	DESCRIO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN	MARCA	TOTAL	EXCLUSIVO PARTICIPAÇÃO ME/EPP EQUIPARADAS
1	46012	ACICLOVIR SÓDICO 200 MG. .	R\$ 0,46	3000	COMP		1.380,00	SIM
2	20271	ACICLOVIR SÓDICO 50 MG CREME. .	R\$ 2,75	100	UN		275,00	SIM
3	17069	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG. .	R\$ 0,04	10000	COMP		400,00	SIM
4	46013	ACIDO ASCORBICO 500MG/5ML VITAMINA C	R\$ 3,16	5000	AMP		15.800,00	SIM
5	46014	ACIDO VALPROICO 250MG CAPSULA	R\$ 0,48	12000	CAPSL		5.760,00	SIM
6	46015	ACIDO VALPROICO 500MG. .	R\$ 0,94	10000	CAPSL		9.400,00	SIM
7	46016	ADENOSINA 6 MG/2 ML. .	R\$ 12,56	1000	AMP		12.560,00	SIM
8	46017	ADRENALINA INJETÁVEL 1MG/ML. .	R\$ 8,70	1000	AMP		8.700,00	SIM
9	46018	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - 1000ML.	R\$ 7,39	400	UN		2.956,00	SIM
10	46019	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML CX COM 200. .	R\$ 194,33	600	CX		116.598,00	NÃO
11	46019	[ME/EPP] - ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML CX COM 200. .	R\$ 194,33	200	CX		38.866,00	SIM
12	46020	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,40	6000	COMP		2.400,00	SIM
13	46021	ALBENDAZOL 40 MG SUSPENSÃO ORAL. .	R\$ 2,31	600	FR		1.386,00	SIM
14	46023	ALCOOL ABSOLUTO 1 LT. .	R\$ 35,37	200	UN		7.074,00	SIM
15	46024	ALCOOL IODADO 1000 ML. .	R\$ 22,00	300	UN		6.600,00	SIM
16	46026	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,46	10000	COMP		4.600,00	SIM
17	46027	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,46	10000	COMP		4.600,00	SIM
18	46028	ALPRAZOLAM 1 MG. .	R\$ 0,68	30000	COMP		20.400,00	SIM
19	46029	AMBROXOL 30 MG/ 5ML. .	R\$ 6,08	1000	UN		6.080,00	SIM
20	46030	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA 10ML. .	R\$ 8,74	500	AMP		4.370,00	SIM
21	46031	AMIODARONA 200 MG. .	R\$ 0,68	3000	COMP		2.040,00	SIM
22	46032	AMITRIPITILINA 25 MG. .	R\$ 3,73	15000	COMP		55.950,00	SIM
23	8458	AMOXICILINA 500MG. .	R\$ 0,43	12000	CAPSL		5.160,00	SIM
24	46033	AMOXICILINA 50MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO 60ML. .	R\$ 4,99	3000	UN		14.970,00	SIM
25	46034	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG.	R\$ 11,29	7500	COMP		84.675,00	NÃO
26	46034	[ME/EPP] - AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG.	R\$ 11,29	2500	COMP		28.225,00	SIM
27	46035	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO SUSPENSÃO ORAL 50 MG + 12,5 MG/ML.	R\$ 34,97	2000	FR		69.940,00	SIM
28	46036	AMPICILINA INJETAVEL 1GR AMPOLA. .	R\$ 5,15	200	AMP		1.030,00	SIM
29	46037	ANLÓDIPINO 05 MG. .	R\$ 0,12	10000	COMP		1.200,00	SIM
30	20136	ATENÓLOL 50 MG. .	R\$ 0,22	6000	COMP		1.320,00	SIM
31	46041	ATORVASTATINA 20 MG. .	R\$ 0,44	18000	COMP		7.920,00	SIM
32	46042	ATROPINA 0,50 MG/ML.	R\$ 2,76	300	AMP		828,00	SIM
33	46043	AZITROMICINA 40 MG/ML.	R\$ 6,69	2000	FR		13.380,00	SIM
34	15805	AZITROMICINA 500MG. .	R\$ 2,29	12000	COMP		27.480,00	SIM
35	46044	BACLOFEN 10MG	R\$ 2,00	2000	COMP		4.000,00	SIM
36	46045	BICARBONATO D SÓDIO 10 10 ML. .	R\$ 0,98	200	AMP		196,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

37	46046	BIPERIDENO 2MG. .	R\$ 0,84	5000	COMP		4.200,00	SIM
38	46048	BROMETO DE IPATROPIO 0,25 MG GOTAS.	R\$ 2,50	1000	FR		2.500,00	SIM
39	46049	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL. .	R\$ 3,51	400	UN		1.404,00	SIM
40	46050	BUDESONIDA/ DOSE 64MG. .	R\$ 22,10	1200	UN		26.520,00	SIM
41	46051	BULTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML. .	R\$ 5,05	5000	AMP		25.250,00	SIM
42	46052	BULTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA INJETAVEL 500MG/ML.	R\$ 2,60	10000	AMP		26.000,00	SIM
43	46053	BUPROPIONA 150MG. .	R\$ 1,57	1000	COMP		1.570,00	SIM
44	46054	BUSPIRONA 10MG (ANSITEC).	R\$ 3,55	3000	COMP		10.650,00	SIM
45	20143	CAPTOPRIL 25 MG. .	R\$ 0,27	25000	COMP		6.750,00	SIM
46	8545	CARBAMAZEPINA 200MG. .	R\$ 0,38	10000	COMP		3.800,00	SIM
47	46055	CARBAMAZEPINA XAROPE 20MG/ML SUSPENSÃO 100 ML. .	R\$ 9,56	300	FR		2.868,00	SIM
48	46056	CARBONATO DE LÍCIO 300MG. .	R\$ 0,57	5000	COMP		2.850,00	SIM
49	46098	CARVEDILOL 12MG.:	R\$ 0,08	10000	COMP		800,00	SIM
50	17301	CARVEDILOL 25 MG. .	R\$ 0,33	10000	COMP		3.300,00	SIM
51	43764	CARVEDILOL 6,25 MG. COMPRIMIDO	R\$ 0,13	15000	COMP		1.950,00	SIM
52	46099	CEFALEXINA 250 MG SUSPENSÃO 60 ML. .	R\$ 6,33	1000	FR		6.330,00	SIM
53	43767	CEFALEXINA 500 MG. COMPRIMIDO	R\$ 0,66	20000	COMP		13.200,00	SIM
54	46100	CEFTRIAXONA 1G - IM.	R\$ 10,53	500	FR		5.265,00	SIM
55	46101	CEFTRIAXONA 1 GR EV. .	R\$ 6,42	2000	AMP		12.840,00	SIM
56	15813	CEFTRIAXONA 1 GR EV. .	R\$ 19,39	2000	AMP		38.780,00	SIM
57	46102	CETOPROFENO SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/ML IV FRASCO-AMP.	R\$ 5,20	2000	AMP		10.400,00	SIM
58	46103	CIMETIDINA INJETÁVEL 150MG.:	R\$ 2,19	3000	AMP		6.570,00	SIM
59	20152	CIPROFIBRATO 100 MG. .	R\$ 0,62	8000	COMP		4.960,00	SIM
60	46104	CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO. .	R\$ 9,68	9000	COMP		87.120,00	NÃO
61	46104	[ME/EPP] - CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO. .	R\$ 9,68	3000	COMP		29.040,00	SIM
62	46105	CITRATO DE FENTANILA 78,5 MCG/ML AMP 5 ML.	R\$ 5,46	200	AMP		1.092,00	SIM
63	46106	CLONAZEPAM 2 MG COMP. .	R\$ 0,29	20000	COMP		5.800,00	SIM
64	46107	CLONAZEPAN 2,5 MG/ML - 20 ML.	R\$ 4,26	600	FR		2.556,00	SIM
65	46108	CLOPIDOGREL 75MG. .	R\$ 6,45	3000	COMP		19.350,00	SIM
66	46109	CLORETO DE POTÁSSIO KCL 10. .	R\$ 1,47	500	AMP		735,00	SIM
67	46110	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG/ ML 3 ML. .	R\$ 3,18	1000	AMP		3.180,00	SIM
68	46111	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPINA 10MG \.	R\$ 8,19	6000	COMP		49.140,00	SIM
69	46112	CLORIDRATO DE CIMETIDINA 25MG/ML	R\$ 1,66	8000	AMP		13.280,00	SIM
70	46113	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML 10 ML.	R\$ 3,98	500	AMP		1.990,00	SIM
71	46114	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG. .	R\$ 0,19	10000	CAPSL		1.900,00	SIM
72	46115	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML	R\$ 8,49	200	AMP		1.698,00	SIM
73	46116	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG / ML. .	R\$ 1,39	600	FR		834,00	SIM
74	46117	CLORIDRATO DE NALOXONA (NARCAN) SOLUÇÃO INJETAVEL 0,4 MG/ML.	R\$ 9,00	500	AMP		4.500,00	SIM
75	46118	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG INJETÁVEL 2ML. .	R\$ 4,07	3000	AMP		12.210,00	SIM
76	46120	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML. .	R\$ 6,62	5000	AMP		33.100,00	SIM
77	46121	CLORIDRATO DE PROPANOLOL 40 MG. .	R\$ 0,53	10000	COMP		5.300,00	SIM
78	46122	CLORIDRATO DE SUXAMETÔNIO 100 MG FRASCO-AMPOLA.	R\$ 31,69	200	FR		6.338,00	SIM
79	46123	CLORIDRATO DE TIAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/ML. .	R\$ 14,86	2000	AMP		29.720,00	SIM
80	46124	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/2ML INJETAVEL	R\$ 3,44	2000	AMP		6.880,00	SIM
81	8655	CLORPROMAZINA 100MG. .	R\$ 0,70	3000	COMP		2.100,00	SIM
82	46125	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO.	R\$ 0,80	1500	COMP		1.200,00	SIM
83	46127	COLÍRIO CYLOCORT	R\$ 47,09	200	FR		9.418,00	SIM
84	46128	COLÍRIO MAXILERG	R\$ 52,97	200	FR		10.594,00	SIM
85	46129	COLÍRIO OPTIVE.:	R\$ 85,23	100	FR		8.523,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

86	15854	COMPLEXO B INJETÁVEL. .	R\$ 1,02	8000	AMP		8.160,00	SIM
87	46134	DESVENLAFAXINA 100MG	R\$ 1,77	3000	COMP		5.310,00	SIM
88	46135	DETERGENTE ENZIMATICO 4ML/L 1000 ML. .	R\$ 24,09	200	LT		4.818,00	SIM
89	46136	DEXAMETASONA 1 MG / G CREME. .	R\$ 4,61	2000	UN		9.220,00	SIM
90	46137	DEXAMETASONA 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	R\$ 7,47	100	FR		747,00	SIM
91	46138	DEXAMETASONA 4MG/ML AMP 2,5ML.	R\$ 2,75	8000	AMP		22.000,00	SIM
92	46139	DEXAMETASONA INJETÁVEL 2MG/ML.:	R\$ 5,44	3000	AMP		16.320,00	SIM
93	46140	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL.	R\$ 1,33	600	FR		798,00	SIM
94	46141	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,90	8000	COMP		7.200,00	SIM
95	46142	DIAZEPAM 10MG 2ML INJETÁVEL. .	R\$ 2,23	200	UN		446,00	SIM
96	46143	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,20	6000	COMP		1.200,00	SIM
97	46144	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO GEL. .	R\$ 6,38	1000	TUBO		6.380,00	SIM
98	15780	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML. .	R\$ 2,00	8000	AMP		16.000,00	SIM
99	46145	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO.	R\$ 0,36	3000	COMP		1.080,00	SIM
100	46146	DIPIRONA 500MG/ 2ML	R\$ 0,65	10000	AMP		6.500,00	SIM
101	15779	DIPIRONA SÓDICA 500MG. .	R\$ 0,35	30000	COMP		10.500,00	SIM
102	46147	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML. .	R\$ 1,48	6000	FR		8.880,00	SIM
103	46148	DULOXETINA 30MG (VELIJA).	R\$ 5,42	3000	FR		16.260,00	SIM
104	46149	DULOXETINA 60 MG	R\$ 6,80	3000	COMP		20.400,00	SIM
105	17075	ENALAPRIL 10 MG. .	R\$ 0,32	10000	COMP		3.200,00	SIM
106	8750	ENALAPRIL 20MG. .	R\$ 0,13	15000	COMP		1.950,00	SIM
107	46150	EPINEFRINA (ADRENALINA) 1 MG/ML.	R\$ 1,66	500	AMP		830,00	SIM
108	46151	ESCITALOPRAM 10MG	R\$ 2,50	15000	COMP		37.500,00	SIM
109	46152	ESCITALOPRAM 20MG. .	R\$ 1,15	15000	COMP		17.250,00	SIM
110	17743	ESPIRONOLACTONA 25 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,15	3000	COMP		450,00	SIM
111	46153	ETER SULFURICO 1000ML. .	R\$ 78,32	30	UN		2.349,60	SIM
112	46154	ETEXILATO DE DABIGRATANA 110 MG PRADAXA \. ETEXILATO DE DABIGRATANA 110 MG PRADAXA	R\$ 7,52	3000	CAPSL		22.560,00	SIM
113	46155	ETEXILATO DE DABIGRATANA 150 MG PRADAXA \.	R\$ 7,52	3000	CAPSL		22.560,00	SIM
114	46156	ETILEFRINA (EFORTIL) 10 MG/ ML.	R\$ 2,97	200	AMP		594,00	SIM
115	46157	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03 MG + 0,15 MG CARTELA COM 21 UNID.	R\$ 2,83	6000	CARTL		16.980,00	SIM
116	46158	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV. .	R\$ 26,61	200	AMP		5.322,00	SIM
117	8763	FENITOINA 100 MG. .	R\$ 0,74	15000	COMP		11.100,00	SIM
118	46159	FENITOINA SÓDICA 50 MG/ML. .	R\$ 1,45	800	AMP		1.160,00	SIM
119	46160	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,21	6000	COMP		1.260,00	SIM
120	46161	FENOBARBITAL 40 MG / ML 2 ML. .	R\$ 6,35	200	FR		1.270,00	SIM
121	46162	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/2ML. .	R\$ 64,35	800	AMP		51.480,00	SIM
122	46163	FENOTEROL 100 MCG – AEROSOL – FRASCO 200 DOSES.	R\$ 38,59	500	FR		19.295,00	SIM
123	46164	FENOTEROL GOTAS. .	R\$ 22,94	1000	FR		22.940,00	SIM
124	46165	FITOMENADIONA (VITM K) 10 MG/ML IM.	R\$ 3,89	2000	AMP		7.780,00	SIM
125	46166	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML.	R\$ 9,21	200	AMP		1.842,00	SIM
126	8789	FLUOXETINA 20MG. .	R\$ 1,46	10000	COMP		14.600,00	SIM
127	46167	FORMOL 10 1000 ML. .	R\$ 22,80	30	LT		684,00	SIM
128	46168	FORMOTEROL 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG - CÁPSULA INAL. FRASCO 60 DOSES.	R\$ 62,99	1200	CAPSL		75.588,00	SIM
129	46169	FORMOTEROL 12MCG + BUDESONIDA 400MCG - PÓ P/ INALAÇÃO FRASCO C/ 60 DOSES.	R\$ 294,00	750	FR		220.500,00	NÃO
130	46169	[ME/EPP] - FORMOTEROL 12MCG + BUDESONIDA 400MCG - PÓ P/ INALAÇÃO FRASCO C/ 60 DOSES.	R\$ 294,00	250	FR		73.500,00	SIM
131	46170	FOSFATO DE CODEINA 30 MG. .	R\$ 1,54	3000	COMP		4.620,00	SIM
132	46171	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3 MG XPE. 60ML. .	R\$ 7,89	10000	FR		78.900,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

133	46172	FUROSEMIDA 10 MG/ML. .	R\$ 1,49	2000	AMP		2.980,00	SIM
134	8808	FUROSEMIDA 40MG. .	R\$ 0,75	20000	COMP		15.000,00	SIM
135	46173	GABAPENTINA 300MG, CÁPSULA.	R\$ 0,96	2000	COMP		1.920,00	SIM
136	46175	GEL ESPECIAL PARA USO COMO CONTATO PARA TRANSMISSÃO DE IMPULSOS ELÉTRICOS NOS EX.	R\$ 34,00	300	UN		10.200,00	SIM
137	46176	GLIBENCLAMIDA 5MG. .	R\$ 0,03	10000	COMP		300,00	SIM
138	46177	GLICASIDA 30MG. .	R\$ 0,47	30000	COMP		14.100,00	SIM
139	46178	GLICOSE 50 % AMPOLA 10 ML – SOL.INJETÁVEL..	R\$ 2,17	4000	AMP		8.680,00	SIM
140	46179	GLIFAGE 1G:.	R\$ 3,75	6000	COMP		22.500,00	SIM
141	46180	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,23	6000	COMP		1.380,00	SIM
142	46181	HALOPERIDOL 5MG/ML INJETÁVEL. .	R\$ 2,11	2000	AMP		4.220,00	SIM
143	20078	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. .	R\$ 7,40	1000	AMP		7.400,00	SIM
144	46182	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52 MG/ML:.	R\$ 9,58	300	AMP		2.874,00	SIM
145	46183	HEPARINA SODICA 5.000UI/025 ML SOLUÇÃO INJ SC AMPOLA 0,25ML.	R\$ 25,32	500	AMP		12.660,00	SIM
146	46184	HIDRALAZINA 20MG. .	R\$ 3,57	200	AMP		714,00	SIM
147	8848	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,17	100000	COMP		17.000,00	SIM
148	46186	HIDROCORTISONA 500MG AMPOLA. .	R\$ 5,21	3000	UN		15.630,00	SIM
149	46187	HIDROCORTIZONA 100MG AMPOLA. .	R\$ 3,52	3000	UN		10.560,00	SIM
150	46188	HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5 MG /ML.	R\$ 2,59	200	FR		518,00	SIM
151	46189	HIDROXIZINA 2 MG/ML. .	R\$ 5,91	500	FR		2.955,00	SIM
152	46190	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML. .	R\$ 2,33	3000	FR		6.990,00	SIM
153	8867	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,12	30000	COMP		3.600,00	SIM
154	46191	INSULINA HUMANA NPH SUSPENSÃO INJETÁVEL 100 UI/ML FRASCO AMPOLA 10 ML. .	R\$ 50,02	500	AMP		25.010,00	SIM
155	46192	INSULINA HUMANA REGULAR SOLUÇÃO INJETAVLE 100/UI/ML FRASCO AMPOLA 10 ML. .	R\$ 49,00	200	AMP		9.800,00	SIM
156	46193	IVERMECTINA 6 MG. .	R\$ 0,23	5000	COMP		1.150,00	SIM
157	46194	KOLLAGENASE 0,6U/G, CAIXA COM 10 BISNAGAS COM 30G.	R\$ 133,21	300	CX		39.963,00	SIM
158	46195	LACOSAMIDA 100MG	R\$ 4,06	1000	COMP		4.060,00	SIM
159	17409	LACTULOSE 667 MG/ML. .	R\$ 5,18	1000	FR		5.180,00	SIM
160	46196	LAMOTRIGINA 100 MG. .	R\$ 0,38	6000	COMP		2.280,00	SIM
161	46197	LAMOTRIGINA 50 MG. .	R\$ 0,40	6000	COMP		2.400,00	SIM
162	46198	LEVODOPA +BESERAZIDA 200+50MG/MG.	R\$ 3,09	3000	COMP		9.270,00	SIM
163	46199	LEVODOPA + CARBIDOPA 200+50 MG/MG.	R\$ 0,67	3000	COMP		2.010,00	SIM
164	46200	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG. .	R\$ 0,24	6000	COMP		1.440,00	SIM
165	46201	LIDOCAINA 20 MG 2 BISNAGA 30 G GELEIA. .	R\$ 7,45	300	FR		2.235,00	SIM
166	46202	LIDOCAINA 20MG 2 COM VASOCONSTRICTOR 20 MLS. .	R\$ 12,79	200	FR		2.558,00	SIM
167	46203	LIDOCAINA 20 MG/ML2 SEM VASO CONSTRUTOR 20 ML. .	R\$ 5,45	200	FR		1.090,00	SIM
168	46204	LIPIDIL 160 MG	R\$ 5,56	600	COMP		3.336,00	SIM
169	46205	LIXIANA 30MG	R\$ 4,45	600	COMP		2.670,00	SIM
170	17073	LORATADINA 10 MG. .	R\$ 0,06	12000	COMP		720,00	SIM
171	46206	LORATADINA 1 MG /ML XAROPE FRASCO 100 ML. .	R\$ 3,72	2000	FR		7.440,00	SIM
172	46207	LOSARTAN POTASSICA 50 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,03	60000	COMP		1.800,00	SIM
173	46210	METFORMINA 500MG. .	R\$ 0,20	12000	COMP		2.400,00	SIM
174	46211	METFORMINA 850 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,55	18000	COMP		9.900,00	SIM
175	17415	METILDOPA 250 MG. .	R\$ 0,31	6000	COMP		1.860,00	SIM
176	8975	METILDOPA 500MG. .	R\$ 0,76	8000	COMP		6.080,00	SIM
177	8982	METOCLOPRAMIDA 10MG. .	R\$ 0,44	12000	COMP		5.280,00	SIM
178	46212	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML INJETÁVEL.	R\$ 0,62	1200	COMP		744,00	SIM
179	46213	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS 10 ML. .	R\$ 1,63	600	FR		978,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

180	46214	METOPROLOL COMPRIMIDO 100 MG	R\$ 0,66	6000	COMP		3.960,00	SIM
181	46215	METOPROLOL COMPRIMIDO 50MG	R\$ 1,10	6000	COMP		6.600,00	SIM
182	17071	METOPROLOL SUCCINATO 25 MG. .	R\$ 0,51	6000	COMP		3.060,00	SIM
183	8990	METRONIDAZOL 250 MG. .	R\$ 5,08	15000	COMP		76.200,00	SIM
184	46216	MICONAZOL 20MG/G BISNAGA 80G – CREME VAGINAL.	R\$ 7,91	300	UN		2.373,00	SIM
185	46217	MIDAZOLAM 5 MG/ML. .	R\$ 4,81	500	AMP		2.405,00	SIM
186	46218	MORFINA 10 MG/ML. .	R\$ 4,03	5000	AMP		20.150,00	SIM
187	46219	MORFINA 30 MG. .	R\$ 3,79	3000	COMP		11.370,00	SIM
188	46220	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG + 250 UI/G BNG 10G..	R\$ 2,78	800	FR		2.224,00	SIM
189	46221	NIFEDIPINA 20 MG.	R\$ 1,22	15000	COMP		18.300,00	SIM
190	46222	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,07	10000	COMP		700,00	SIM
191	9026	NIMESULIDA 100MG. .	R\$ 0,06	30000	COMP		1.800,00	SIM
192	46223	NISTATINA CREME VAGINAL 60 G 25.000 UI + APLICADORES.	R\$ 7,14	600	UN		4.284,00	SIM
193	46224	NITROFURANTONINA 100 MG. .	R\$ 0,23	1000	COMP		230,00	SIM
194	46225	OMEPRAZOL 20MG CAPSULA	R\$ 0,05	30000	CAPSL		1.500,00	SIM
195	46226	OMEPRAZOL SÓDICO 40 MG (PÓ LIÓFILO INJETÁVEL 40 MG + SOLUÇÃO DILUENTE).	R\$ 8,23	1000	UN		8.230,00	SIM
196	46227	ONDASETRONA (NAUSEDRON) 8MG.	R\$ 0,88	3000	COMP		2.640,00	SIM
197	46228	OXCARBAMAZEPINA 300MG	R\$ 1,03	600	COMP		618,00	SIM
198	46229	OXCARMABAZEPINA 600MG. .	R\$ 1,61	600	COMP		966,00	SIM
199	46230	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML. .	R\$ 1,57	600	FR		942,00	SIM
200	46231	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,10	30000	COMP		3.000,00	SIM
201	9093	PREDNISONA 20MG. .	R\$ 1,30	10000	COMP		13.000,00	SIM
202	15794	PREDNISONA 5 MG. .	R\$ 0,08	10000	COMP		800,00	SIM
203	46233	PREGABALINA 150MG..	R\$ 0,47	6000	COMP		2.820,00	SIM
204	17419	PREGABALINA 75 MG. .	R\$ 0,22	10000	COMP		2.200,00	SIM
205	46234	PRESSAT 5MG..	R\$ 2,66	3000	COMP		7.980,00	SIM
206	46235	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40 MG CP. .	R\$ 0,08	8000	COMP		640,00	SIM
207	46236	PVPI DEGERMANTE 1000 ML. .	R\$ 50,40	200	UN		10.080,00	SIM
208	46237	PVPI TOPICO 1000 ML. .	R\$ 54,94	200	UN		10.988,00	SIM
209	46238	QUETIAPINA 100MG	R\$ 0,64	6000	COMP		3.840,00	SIM
210	46239	QUETIAPINA 50MG	R\$ 2,98	6000	COMP		17.880,00	SIM
211	46240	RIFAMICINA SPREY 10 MG/ML 20 ML. .	R\$ 4,48	1000	CX		4.480,00	SIM
212	46241	RISPERIDONA 1MG/ML. .	R\$ 9,64	300	FR		2.892,00	SIM
213	46242	RISPERIDONA 2 MG. .	R\$ 0,16	6000	COMP		960,00	SIM
214	46243	RIVAROXABANA 10 MG XARELTO .	R\$ 1,66	6000	COMP		9.960,00	SIM
215	46244	RIVAROXABANA 20 MG XARELTO \.	R\$ 0,47	6000	COMP		2.820,00	SIM
216	46245	ROSUVASTATINA 20MG..	R\$ 1,04	6000	COMP		6.240,00	SIM
217	46248	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 3,5G + 1,5G + 2,9G + 20 G CX COM 50 ENVELOPES.	R\$ 13,45	1000	UN		13.450,00	SIM
218	46249	SALBUTAMOL AEROSOL 100UG DOSE FRASCO 200 DOSES: M.	R\$ 14,50	1000	FR		14.500,00	SIM
219	46250	SERTRALINA 100 MG	R\$ 0,39	20000	COMP		7.800,00	SIM
220	21395	SERTRALINA 50 MG. .	R\$ 0,14	80000	COMP		11.200,00	SIM
221	46251	SHILLER 1000 ML.	R\$ 100,25	20	UN		2.005,00	SIM
222	46252	SIMETICONA 75 MG/ML FRASCO CONTA-GOTAS 10 ML.	R\$ 2,18	1000	FR		2.180,00	SIM
223	9168	SINVASTATINA 20MG. .	R\$ 0,07	6000	COMP		420,00	SIM
224	9169	SINVASTATINA 40 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,12	6000	COMP		720,00	SIM
225	46253	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML.	R\$ 9,27	3000	UN		27.810,00	SIM
226	46254	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML.	R\$ 3,29	300	FR		987,00	SIM
227	46255	SORO FISIOLÓGICO 09 250 ML. .	R\$ 3,92	12000	UN		47.040,00	SIM
228	46256	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 500ML.	R\$ 4,69	12000	FR		56.280,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

229	46257	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % AMPOLA 10 ML.	R\$ 0,63	2000	UN		1.260,00	SIM
230	46258	SORO GLICO-FISIOLÓGICO - C/250ML.	R\$ 7,00	1000	UN		7.000,00	SIM
231	46259	SORO GLICOSADO 250 ML. .	R\$ 5,35	2000	UN		10.700,00	SIM
232	46260	SORO GLICOSADO 500 ML. .	R\$ 6,11	2000	UN		12.220,00	SIM
233	46261	SORO RINGER LACTATO 500 ML. .	R\$ 7,21	1000	UN		7.210,00	SIM
234	46262	SULFADIAZINA DE PRATA 1 400GR PT. .	R\$ 26,59	200	POTE		5.318,00	SIM
235	46263	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 +40 MG.	R\$ 1,77	6000	COMP		10.620,00	SIM
236	46264	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPRIMA 40+8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL.	R\$ 4,77	600	UN		2.862,00	SIM
237	46265	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML.	R\$ 11,43	300	FR		3.429,00	SIM
238	46266	SULFATO FERROSO 125MG/ML GOTAS 30 ML. .	R\$ 1,86	600	FR		1.116,00	SIM
239	20221	SULFATO FERROSO 40 MG. .	R\$ 0,05	8000	COMP		400,00	SIM
240	46267	TENOXICAM 20 MGJ PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJ 20MG/2ML FRASCO-AMPOLA	R\$ 8,27	3000	FR		24.810,00	SIM
241	46268	TOPIRAMATO 100 MG. .	R\$ 0,32	2000	COMP		640,00	SIM
242	46269	TOPIRAMATO 25 MG. .	R\$ 0,27	2000	COMP		540,00	SIM
243	46270	TOPIRAMATO 50 MG. .	R\$ 0,42	3000	COMP		1.260,00	SIM
244	46271	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO 500 MG (TORVAL CR).	R\$ 2,46	3000	COMP		7.380,00	SIM
245	46272	VALPROATO DE SÓDIO XAROPE 50 ML. .	R\$ 7,85	600	FR		4.710,00	SIM
246	20223	VARFARINA SÓDICA 5 MG. .	R\$ 0,30	6000	COMP		1.800,00	SIM
247	46273	VASELINA 1000 ML. .	R\$ 35,45	20	LT		709,00	SIM
248	46274	VITAMINA K INJETAVEL 10MG/ML. .	R\$ 3,00	2000	AMP		6.000,00	SIM

1.2 Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei 14.133/21 conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

1.4.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

1.5 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1 O instrumento contratual de que trata o item 1.4.1. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

1.7.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

1.7.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

1.7.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

1.7.2.2 Mantiverem sua proposta original.



1.7.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

1.8 O registro a que se refere o item 1.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

1.9 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

1.10 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 1.7.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

1.10.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

1.10.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas em Ata.

1.11 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.2 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3 Embora não haja um Plano Anual de Contratações formalizado, a necessidade de promover a aquisição de medicamentos e materiais médicos para a Secretaria Municipal de Saúde, está alinhada com as diretrizes e objetivos estratégicos da Administração Pública, especialmente no que diz respeito a prestação de serviços essenciais à população.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Face a natureza da aquisição, não foram identificados possíveis impactos ambientais relevantes, devendo a Contratada, na hipótese da aquisição gerar algum tipo de refugo, promover o adequado descarte bem como garantir a fabricação e/ou fornecimento dos produtos em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas da ANVISA, conforme o caso, em especial da RESOLUÇÃO – RDC ANVISA Nº15, DE 15 DE MARÇO DE 2012; RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 430, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, e da RESOLUÇÃO SES/MG Nº 5815, DE 18 DE JULHO DE 2017.

Da exigência de amostra

4.2 Não haverá a necessidade de apresentação de amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3 Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria requisitante, sendo que prazo de entrega é de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela contratada/detentora da respectiva ordem de fornecimento.

5.2 Caso não seja possível no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os produtos deverão ser entregues nos endereços enviados junto a ordem de fornecimento, sendo eles dentro do Município de Ibiaí-MG.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A Ata de Registro de Preços ou os contratos ou documentos equivalentes dela derivados, deverão ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.7.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



Gestor do Contrato

6.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 dias a contar da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15(quinze) dias

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1 a data da emissão;
- 7.10.2 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.3 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.4 o valor a pagar; e
- 7.10.5 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24 Não haverá antecipação de pagamento.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria requisitante.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

Qualificação Técnica

8.20 Em se tratando da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.20.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.20.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.20.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.20.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.20.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.20.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.20.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.21 Comprovação de aptidão para de fornecimento de produtos compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.21.1 O futuro contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.22 Certificado de Autorização de Funcionamento - AFE, emitida pela ANVISA, em nome da licitante, compatível com o objeto licitado.

8.23 Alvará sanitário emitido pelo Município ou Estado da licitante participante.



8.24 Autorização especial para comercializar produtos sujeitos ao controle especial (Portaria 344, de 12.05.98 do Ministério da Saúde), conforme o caso.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.912.500,60 (dois milhões e novecentos e doze mil e quinhentos reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

9.1 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.1.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10 10 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1 São obrigações do Contratante:

10.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

10.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Ibiaí para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10 A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.

10.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 11 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2 Entregar o objeto conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 11.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.19 Os produtos deverão possuir registro na ANVISA, ressalvados aqueles que sejam dispensados desta obrigação.
- 11.20 Cumprir todas as disposições da do Ministério da Saúde/ANVISA, no que se refere a qualidade, acondicionamento, e demais condições que garantam a qualidade dos produtos, bem como as RESOLUÇÃO – RDC ANVISA Nº15, DE 15 DE MARÇO DE 2012; RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 430, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, e da RESOLUÇÃO SES/MG Nº 5815, DE 18 DE JULHO DE 2017, conforme o caso, dentre outras.
- 11.21 Cumprir todas as disposições da do Ministério da Saúde/ANVISA, no que se refere a qualidade, acondicionamento, e demais condições que garantam a qualidade dos medicamentos, inclusive boas práticas de fabricação, conforme o caso, dentre outras.
- 11.22 Em se tratando de medicamentos a serem fornecidos em cumprimento a ordem judicial, deverá ser aplicado o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, para os medicamentos e produtos sujeitos a esta aplicação, conforme estabelecido pela ANVISA e CMED.



12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

090210.301.0014.2064 MANUT DAS ATIV DA ASSISTENCI FARMACEUTICA - 3339030000000 Material de Consumo 15000002 RECURSOS DE IMPOSTOS - ASPS 608

090210.301.0014.2064 MANUT DAS ATIV DA ASSISTENCI FARMACEUTICA - 3339030000000 Material de Consumo 16000000 TRANSF. DE REC. DO SUS - GOVER 609

090210.301.0014.2064 MANUT DAS ATIV DA ASSISTENCI FARMACEUTICA - 3339030000000 Material de Consumo 16020000 TRANSF FUNDO A FUNDO DE REC DO 610

12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ibiaí – MG, 12 de novembro de 2025

Carla Simone Soares Da Conceição Ramos

Secretária Municipal de Saúde



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - JUSTIFICATIVA

1.1 Constitui objeto da presente contratação a seleção da proposta mais vantajosa objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais médicos, para atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde.

1.2 Secretaria Municipal de Saúde de Ibiaí-MG tem a responsabilidade de garantir o acesso da população a medicamentos essenciais, tanto de uso oral quanto injetável. Para atender a essa demanda de forma eficaz, é necessário um planejamento criterioso que inclua a aquisição regular de medicamentos e materiais e abertura de pregão eletrônico para a aquisição dos mesmos, em atendimentos as demandas das Unidades de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento. Uma vez que, esses atendimentos são de maneira contínua aos usuários e pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, sendo a aquisição de extrema necessidade e importância, para manter os atendimentos diários, visto que a saúde é direito de todos e dever do estado, se tornando o bem mais importante e precioso.

1.3 Conforme dispõe na nossa Constituição Federal de 1988 no seu artigo 196:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

1.4 *Percebe-se, portanto, que o Estado tem o poder-dever de garantir o abastecimento de todos os medicamentos nas Unidades de Saúde, Pronto Atendimento e Hospitais de médio e grande porte. No mesmo compasso, entendemos que os medicamentos são um suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento e nos procedimentos cirúrgicos o que afetaria a qualidade de vida do usuário e a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do sistema de saúde de forma ampla.*

1.5 Considerando a RESOLUÇÃO – RDC ANVISA Nº15, DE 15 DE MARÇO DE 2012 onde dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

1.6 Embora não haja um Plano Anual de Contratações formalizado, a necessidade de promover a aquisição de medicamentos e materiais para a Secretaria Municipal de Saúde, está alinhada com as diretrizes e objetivos estratégicos da Administração Pública, especialmente no que diz respeito a prestação de serviços essenciais à população.

2 ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional da Prefeitura Municipal de Ibiaí/MG, bem como às leis orçamentárias vigentes deste município (PPA, LDO e LOA).

3 ASPECTOS RELEVANTES DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1 Não houve aspectos relevantes, pois se trata de processo para o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais médicos, para atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde, itens estes cuja aquisição é comum e recorrente pela Administração Municipal, e que não se encontram vinculados à contratação anterior.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A licitante deverá apresentar a documentação exigida pelo edital, sendo documentos comprobatórios das empresas participantes:

4.2 Habilitação jurídica

4.2.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.2.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.2.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.2.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



- 4.2.5 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.2.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 4.2.7 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 4.2.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 4.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 4.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.3.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.3.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.3.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.4 Qualificação Econômico-Financeira

- 4.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.5 Qualificação Técnica

- 4.5.1 Em se tratando da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 4.5.1.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 4.5.1.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 4.5.1.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 4.5.1.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 4.5.1.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 4.5.1.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.5.1.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.5.2 Comprovação de aptidão para de fornecimento de produtos compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.5.2.1 O futuro contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.5.3 Certificado de Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela ANVISA, em nome da licitante, compatível com o objeto licitado.

4.5.4 Alvará sanitário emitido pelo Município ou Estado da licitante participante.

4.5.5 Autorização especial para comercializar produtos sujeitos ao controle especial (Portaria 344, de 12.05.98 do Ministério da Saúde), conforme o caso.

5 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

5.1 As quantidades informadas foram elaboradas pela equipe técnica da Secretaria Municipal solicitante, para atendimento das demandas da mesma.

6 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 A estimativa dos preços, conforme pesquisa realizada em atendimento do art. 23 da Lei 14.133/21, é de: R\$ 2.912.500,60(*dois milhões e novecentos e doze mil e quinhentos reais e sessenta centavos*).

SEQ	ITEM	DESCRIO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN	MARCA	TOTAL	EXCLUSIVO PARTICIPAÇÃO ME/EPP EQUIPARADAS
1	46012	ACICLOVIR SÓDICO 200 MG. .	R\$ 0,46	3000	COMP		1.380,00	SIM
2	20271	ACICLOVIR SÓDICO 50 MG CREME. .	R\$ 2,75	100	UN		275,00	SIM
3	17069	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG. .	R\$ 0,04	10000	COMP		400,00	SIM
4	46013	ACIDO ASCORBICO 500MG/5ML VITAMINA C	R\$ 3,16	5000	AMP		15.800,00	SIM
5	46014	ACIDO VALPROICO 250MG CAPSULA	R\$ 0,48	12000	CAPSL		5.760,00	SIM
6	46015	ACIDO VALPROICO 500MG. .	R\$ 0,94	10000	CAPSL		9.400,00	SIM
7	46016	ADENOSINA 6 MG/2 ML. .	R\$ 12,56	1000	AMP		12.560,00	SIM
8	46017	ADRENALINA INJETÁVEL 1MG/ML. .	R\$ 8,70	1000	AMP		8.700,00	SIM
9	46018	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - 1000ML.	R\$ 7,39	400	UN		2.956,00	SIM
10	46019	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML CX COM 200. .	R\$ 194,33	600	CX		116.598,00	NÃO
11	46019	[ME/EPP] - ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML CX COM 200	R\$ 194,33	200	CX		38.866,00	SIM
12	46020	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,40	6000	COMP		2.400,00	SIM
13	46021	ALBENDAZOL 40 MG SUSPENSÃO ORAL. .	R\$ 2,31	600	FR		1.386,00	SIM
14	46023	ALCOOL ABSOLUTO 1 LT. .	R\$ 35,37	200	UN		7.074,00	SIM
15	46024	ALCOOL IODADO 1000 ML. .	R\$ 22,00	300	UN		6.600,00	SIM
16	46026	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,46	10000	COMP		4.600,00	SIM
17	46027	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,46	10000	COMP		4.600,00	SIM
18	46028	ALPRAZOLAM 1 MG. .	R\$ 0,68	30000	COMP		20.400,00	SIM
19	46029	AMBROXOL 30 MG/ 5ML. .	R\$ 6,08	1000	UN		6.080,00	SIM
20	46030	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA 10ML. .	R\$ 8,74	500	AMP		4.370,00	SIM
21	46031	AMIODARONA 200 MG. .	R\$ 0,68	3000	COMP		2.040,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

22	46032	AMITRIPITILINA 25 MG. .	R\$ 3,73	15000	COMP		55.950,00	SIM
23	8458	AMOXICILINA 500MG. .	R\$ 0,43	12000	CAPSL		5.160,00	SIM
24	46033	AMOXICILINA 50MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO 60ML. .	R\$ 4,99	3000	UN		14.970,00	SIM
25	46034	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG.	R\$ 11,29	7500	COMP		84.675,00	NÃO
26	46034	[ME/EPP] - AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG.	R\$ 11,29	2500	COMP		28.225,00	SIM
27	46035	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO SUSPENÇÃO ORAL 50 MG + 12,5 MG/ML.	R\$ 34,97	2000	FR		69.940,00	SIM
28	46036	AMPICILINA INJETAVEL 1GR AMPOLA. .	R\$ 5,15	200	AMP		1.030,00	SIM
29	46037	ANLODIPINO 05 MG. .	R\$ 0,12	10000	COMP		1.200,00	SIM
30	20136	ATENOLOL 50 MG. .	R\$ 0,22	6000	COMP		1.320,00	SIM
31	46041	ATORVASTATINA 20 MG. .	R\$ 0,44	18000	COMP		7.920,00	SIM
32	46042	ATROPINA 0,50 MG/ML.	R\$ 2,76	300	AMP		828,00	SIM
33	46043	AZITROMICINA 40 MG/ML..	R\$ 6,69	2000	FR		13.380,00	SIM
34	15805	AZITROMICINA 500MG. .	R\$ 2,29	12000	COMP		27.480,00	SIM
35	46044	BACLOFEN 10MG	R\$ 2,00	2000	COMP		4.000,00	SIM
36	46045	BICARBONATO D SODIO 10 10 ML. .	R\$ 0,98	200	AMP		196,00	SIM
37	46046	BIPERIDENO 2MG. .	R\$ 0,84	5000	COMP		4.200,00	SIM
38	46048	BROMETO DE IPATROPIO 0,25 MG GOTAS.	R\$ 2,50	1000	FR		2.500,00	SIM
39	46049	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL. .	R\$ 3,51	400	UN		1.404,00	SIM
40	46050	BUDESONIDA/ DOSE 64MG. .	R\$ 22,10	1200	UN		26.520,00	SIM
41	46051	BULTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML. .	R\$ 5,05	5000	AMP		25.250,00	SIM
42	46052	BULTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA INJETAVEL 500MG/ML.	R\$ 2,60	10000	AMP		26.000,00	SIM
43	46053	BUPROPIONA 150MG. .	R\$ 1,57	1000	COMP		1.570,00	SIM
44	46054	BUSPIRONA 10MG (ANSITEC).	R\$ 3,55	3000	COMP		10.650,00	SIM
45	20143	CAPTOPRIL 25 MG. .	R\$ 0,27	25000	COMP		6.750,00	SIM
46	8545	CARBAMAZEPINA 200MG. .	R\$ 0,38	10000	COMP		3.800,00	SIM
47	46055	CARBAMAZEPINA XAROPE 20MG/ML SUSPENSÃO 100 ML.	R\$ 9,56	300	FR		2.868,00	SIM
48	46056	CARBONATO DE LÍCIO 300MG. .	R\$ 0,57	5000	COMP		2.850,00	SIM
49	46098	CARVEDILOL 12MG:.	R\$ 0,08	10000	COMP		800,00	SIM
50	17301	CARVEDILOL 25 MG. .	R\$ 0,33	10000	COMP		3.300,00	SIM
51	43764	CARVEDILOL 6,25 MG. COMPRIMIDO	R\$ 0,13	15000	COMP		1.950,00	SIM
52	46099	CEFALEXINA 250 MG SUSPENSÃO 60 ML. .	R\$ 6,33	1000	FR		6.330,00	SIM
53	43767	CEFALEXINA 500 MG. COMPRIMIDO	R\$ 0,66	20000	COMP		13.200,00	SIM
54	46100	CEFTRIAXONA 1G - IM.	R\$ 10,53	500	FR		5.265,00	SIM
55	46101	CEFTRIAXONA 1 GR EV. .	R\$ 6,42	2000	AMP		12.840,00	SIM
56	15813	CEFTRIAXONA 1 GR EV. .	R\$ 19,39	2000	AMP		38.780,00	SIM
57	46102	CETOPROFENO SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/ML IV FRASCO-AMP.	R\$ 5,20	2000	AMP		10.400,00	SIM
58	46103	CIMETIDINA INJETÁVEL 150MG:.	R\$ 2,19	3000	AMP		6.570,00	SIM
59	20152	CIPROFIBRATO 100 MG. .	R\$ 0,62	8000	COMP		4.960,00	SIM
60	46104	CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO. .	R\$ 9,68	9000	COMP		87.120,00	NÃO
61	46104	[ME/EPP] - CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO. .	R\$ 9,68	3000	COMP		29.040,00	SIM
62	46105	CITRATO DE FENTANILA 78,5 MCG/ML AMP 5 ML.	R\$ 5,46	200	AMP		1.092,00	SIM
63	46106	CLONAZEPAM 2 MG COMP.. .	R\$ 0,29	20000	COMP		5.800,00	SIM
64	46107	CLONAZEPAN 2,5 MG/ML - 20 ML.	R\$ 4,26	600	FR		2.556,00	SIM
65	46108	CLOPIDOGREL 75MG. .	R\$ 6,45	3000	COMP		19.350,00	SIM
66	46109	CLORETO DE POTÁSSIO KCL 10. .	R\$ 1,47	500	AMP		735,00	SIM
67	46110	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG/ ML 3 ML. .	R\$ 3,18	1000	AMP		3.180,00	SIM
68	46111	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPINA 10MG \.	R\$ 8,19	6000	COMP		49.140,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

69	46112	CLORIDRATO DE CIMETIDINA 25MG/ML	R\$ 1,66	8000	AMP		13.280,00	SIM
70	46113	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML 10 ML.	R\$ 3,98	500	AMP		1.990,00	SIM
71	46114	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG. .	R\$ 0,19	10000	CAPSL		1.900,00	SIM
72	46115	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML	R\$ 8,49	200	AMP		1.698,00	SIM
73	46116	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG / ML. .	R\$ 1,39	600	FR		834,00	SIM
74	46117	CLORIDRATO DE NALOXONA (NARCAN) SOLUÇÃO INJETAVEL 0,4 MG/ML.	R\$ 9,00	500	AMP		4.500,00	SIM
75	46118	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG INJETÁVEL 2ML. .	R\$ 4,07	3000	AMP		12.210,00	SIM
76	46120	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML. .	R\$ 6,62	5000	AMP		33.100,00	SIM
77	46121	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG. .	R\$ 0,53	10000	COMP		5.300,00	SIM
78	46122	CLORIDRATO DE SUXAMETÔNIO 100 MG FRASCO-AMPOLA.	R\$ 31,69	200	FR		6.338,00	SIM
79	46123	CLORIDRATO DE TIAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/ML. .	R\$ 14,86	2000	AMP		29.720,00	SIM
80	46124	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/2ML INJETAVEL	R\$ 3,44	2000	AMP		6.880,00	SIM
81	8655	CLORPROMAZINA 100MG. .	R\$ 0,70	3000	COMP		2.100,00	SIM
82	46125	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO.	R\$ 0,80	1500	COMP		1.200,00	SIM
83	46127	COLIRIO CYLOCORT	R\$ 47,09	200	FR		9.418,00	SIM
84	46128	COLIRIO MAXILERG	R\$ 52,97	200	FR		10.594,00	SIM
85	46129	COLÍRIO OPTIVE. .	R\$ 85,23	100	FR		8.523,00	SIM
86	15854	COMPLEXO B INJETÁVEL. .	R\$ 1,02	8000	AMP		8.160,00	SIM
87	46134	DESVENLAFAXINA 100MG	R\$ 1,77	3000	COMP		5.310,00	SIM
88	46135	DETERGENTE ENZIMATICO 4ML/L 1000 ML. .	R\$ 24,09	200	LT		4.818,00	SIM
89	46136	DEXAMETASONA 1 MG / G CREME. .	R\$ 4,61	2000	UN		9.220,00	SIM
90	46137	DEXAMETASONA 1MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA	R\$ 7,47	100	FR		747,00	SIM
91	46138	DEXAMETASONA 4MG/ML AMP 2,5ML.	R\$ 2,75	8000	AMP		22.000,00	SIM
92	46139	DEXAMETASONA INJETAVEL 2MG/ML. .	R\$ 5,44	3000	AMP		16.320,00	SIM
93	46140	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL.	R\$ 1,33	600	FR		798,00	SIM
94	46141	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,90	8000	COMP		7.200,00	SIM
95	46142	DIAZEPAM 10MG 2ML INJETAVEL. .	R\$ 2,23	200	UN		446,00	SIM
96	46143	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,20	6000	COMP		1.200,00	SIM
97	46144	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO GEL. .	R\$ 6,38	1000	TUBO		6.380,00	SIM
98	15780	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML. .	R\$ 2,00	8000	AMP		16.000,00	SIM
99	46145	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO.	R\$ 0,36	3000	COMP		1.080,00	SIM
100	46146	DIPIRONA 500MG/ 2ML	R\$ 0,65	10000	AMP		6.500,00	SIM
101	15779	DIPIRONA SODICA 500MG. .	R\$ 0,35	30000	COMP		10.500,00	SIM
102	46147	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML.	R\$ 1,48	6000	FR		8.880,00	SIM
103	46148	DULOXETINA 30MG (VELIJA).	R\$ 5,42	3000	FR		16.260,00	SIM
104	46149	DULOXETINA 60 MG	R\$ 6,80	3000	COMP		20.400,00	SIM
105	17075	ENALAPRIL 10 MG. .	R\$ 0,32	10000	COMP		3.200,00	SIM
106	8750	ENALAPRIL 20MG. .	R\$ 0,13	15000	COMP		1.950,00	SIM
107	46150	EPINEFRINA (ADRENALINA) 1 MG/ML.	R\$ 1,66	500	AMP		830,00	SIM
108	46151	ESCITALOPRAM 10MG	R\$ 2,50	15000	COMP		37.500,00	SIM
109	46152	ESCITALOPRAM 20MG. .	R\$ 1,15	15000	COMP		17.250,00	SIM
110	17743	ESPIRONOLACTONA 25 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,15	3000	COMP		450,00	SIM
111	46153	ETER SULFURICO 1000ML. .	R\$ 78,32	30	UN		2.349,60	SIM
112	46154	ETEXILATO DE DABIGRATANA 110 MG PRADAXA \. ETEXILATO DE DABIGRATANA 110 MG PRADAXA	R\$ 7,52	3000	CAPSL		22.560,00	SIM
113	46155	ETEXILATO DE DABIGRATANA 150 MG PRADAXA \.	R\$ 7,52	3000	CAPSL		22.560,00	SIM
114	46156	ETILEFRINA (EFORTIL) 10 MG/ ML.	R\$ 2,97	200	AMP		594,00	SIM
115	46157	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03 MG + 0,15 MG CARTELA COM 21 UNID.	R\$ 2,83	6000	CARTL		16.980,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

116	46158	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV. .	R\$ 26,61	200	AMP		5.322,00	SIM
117	8763	FENITOINA 100 MG. .	R\$ 0,74	15000	COMP		11.100,00	SIM
118	46159	FENITOINA SODICA 50 MG/ML. .	R\$ 1,45	800	AMP		1.160,00	SIM
119	46160	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,21	6000	COMP		1.260,00	SIM
120	46161	FENOBARBITAL 40 MG / ML 2 ML. .	R\$ 6,35	200	FR		1.270,00	SIM
121	46162	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/2ML. .	R\$ 64,35	800	AMP		51.480,00	SIM
122	46163	FENOTEROL 100 MCG AEROSSOL FRASCO 200 DOSES.	R\$ 38,59	500	FR		19.295,00	SIM
123	46164	FENOTEROL GOTAS. .	R\$ 22,94	1000	FR		22.940,00	SIM
124	46165	FITOMENADIONA (VITM K) 10 MG/ML IM.	R\$ 3,89	2000	AMP		7.780,00	SIM
125	46166	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML.	R\$ 9,21	200	AMP		1.842,00	SIM
126	8789	FLUOXETINA 20MG. .	R\$ 1,46	10000	COMP		14.600,00	SIM
127	46167	FORMOL 10 1000 ML. .	R\$ 22,80	30	LT		684,00	SIM
128	46168	FORMOTEROL 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG - CÁPSULA INAL. FRASCO 60 DOSES.	R\$ 62,99	1200	CAPSL		75.588,00	SIM
129	46169	FORMOTEROL 12MCG + BUDESONIDA 400MCG - PÓ P/ INALAÇÃO FRASCO C/ 60 DOSES.	R\$ 294,00	750	FR		220.500,00	NÃO
130	46169	[ME/EPP] - FORMOTEROL 12MCG + BUDESONIDA 400MCG - PÓ P/ INALAÇÃO FRASCO C/ 60 DOSES.	R\$ 294,00	250	FR		73.500,00	SIM
131	46170	FOSFATO DE CODEINA 30 MG. .	R\$ 1,54	3000	COMP		4.620,00	SIM
132	46171	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3 MG XPE. 60ML.	R\$ 7,89	10000	FR		78.900,00	SIM
133	46172	FUROSEMIDA 10 MG/ML. .	R\$ 1,49	2000	AMP		2.980,00	SIM
134	8808	FUROSEMIDA 40MG. .	R\$ 0,75	20000	COMP		15.000,00	SIM
135	46173	GABAPENTINA 300MG, CÁPSULA.	R\$ 0,96	2000	COMP		1.920,00	SIM
136	46175	GEL ESPECIAL PARA USO COMO CONTATO PARA TRANSMISSÃO DE IMPULSOS ELÉTRICOS NOS EX.	R\$ 34,00	300	UN		10.200,00	SIM
137	46176	GLIBENCLAMIDA 5MG. .	R\$ 0,03	10000	COMP		300,00	SIM
138	46177	GLICASIDA 30MG. .	R\$ 0,47	30000	COMP		14.100,00	SIM
139	46178	GLICOSE 50 % AMPOLA 10 ML – SOL.INJETÁVEL..	R\$ 2,17	4000	AMP		8.680,00	SIM
140	46179	GLIFAGE 1G:.	R\$ 3,75	6000	COMP		22.500,00	SIM
141	46180	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,23	6000	COMP		1.380,00	SIM
142	46181	HALOPERIDOL 5MG/ML INJETÁVEL. .	R\$ 2,11	2000	AMP		4.220,00	SIM
143	20078	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. .	R\$ 7,40	1000	AMP		7.400,00	SIM
144	46182	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52 MG/ML:.	R\$ 9,58	300	AMP		2.874,00	SIM
145	46183	HEPARINA SODICA 5.000UI/025 ML SOLUÇÃO INJ SC AMPOLA 0,25ML	R\$ 25,32	500	AMP		12.660,00	SIM
146	46184	HIDRALAZINA 20MG	R\$ 3,57	200	AMP		714,00	SIM
147	8848	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,17	100000	COMP		17.000,00	SIM
148	46186	HIDROCORTISONA 500MG AMPOLA. .	R\$ 5,21	3000	UN		15.630,00	SIM
149	46187	HIDROCORTIZONA 100MG AMPOLA. .	R\$ 3,52	3000	UN		10.560,00	SIM
150	46188	HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5 MG /ML.	R\$ 2,59	200	FR		518,00	SIM
151	46189	HIDROXIZINA 2 MG/ML.	R\$ 5,91	500	FR		2.955,00	SIM
152	46190	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML. .	R\$ 2,33	3000	FR		6.990,00	SIM
153	8867	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO	R\$ 0,12	30000	COMP		3.600,00	SIM
154	46191	INSULINA HUMANA NPH SUSPENSÃO INJETÁVEL 100 UI/ML FRASCO AMPOLA 10 ML.	R\$ 50,02	500	AMP		25.010,00	SIM
155	46192	INSULINA HUMANA REGULAR SOLUÇÃO INJETAVLE 100/UI/ML FRASCO AMPOLA 10 ML. .	R\$ 49,00	200	AMP		9.800,00	SIM
156	46193	IVERMECTINA 6 MG. .	R\$ 0,23	5000	COMP		1.150,00	SIM
157	46194	KOLLAGENASE 0,6U/G, CAIXA COM 10 BISNAGAS COM 30G.	R\$ 133,21	300	CX		39.963,00	SIM
158	46195	LACOSAMIDA 100MG	R\$ 4,06	1000	COMP		4.060,00	SIM
159	17409	LACTULOSE 667 MG/ML. .	R\$ 5,18	1000	FR		5.180,00	SIM
160	46196	LAMOTRIGINA 100 MG. .	R\$ 0,38	6000	COMP		2.280,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

161	46197	LAMOTRIGINA 50 MG. .	R\$ 0,40	6000	COMP		2.400,00	SIM
162	46198	LEVODOPA +BESERAZIDA 200+50MG/MG.	R\$ 3,09	3000	COMP		9.270,00	SIM
163	46199	LEVODOPA + CARBIDOPA 200+50 MG/MG.	R\$ 0,67	3000	COMP		2.010,00	SIM
164	46200	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG. .	R\$ 0,24	6000	COMP		1.440,00	SIM
165	46201	LIDOCAÍNA 20 MG 2 BISNAGA 30 G GELEIA. .	R\$ 7,45	300	FR		2.235,00	SIM
166	46202	LIDOCAÍNA 20MG 2 COM VASOCONSTRICTOR 20 MLS. .	R\$ 12,79	200	FR		2.558,00	SIM
167	46203	LIDOCAÍNA 20 MG/ML2 SEM VASO CONSTRUTOR 20 ML. .	R\$ 5,45	200	FR		1.090,00	SIM
168	46204	LIPIDIL 160 MG	R\$ 5,56	600	COMP		3.336,00	SIM
169	46205	LIXIANA 30MG	R\$ 4,45	600	COMP		2.670,00	SIM
170	17073	LORATADINA 10 MG. .	R\$ 0,06	12000	COMP		720,00	SIM
171	46206	LORATADINA 1 MG /ML XAROPE FRASCO 100 ML. .	R\$ 3,72	2000	FR		7.440,00	SIM
172	46207	LOSARTAN POTASSICA 50 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,03	60000	COMP		1.800,00	SIM
173	46210	METFORMINA 500MG. .	R\$ 0,20	12000	COMP		2.400,00	SIM
174	46211	METFORMINA 850 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,55	18000	COMP		9.900,00	SIM
175	17415	METILDOPA 250 MG. .	R\$ 0,31	6000	COMP		1.860,00	SIM
176	8975	METILDOPA 500MG. .	R\$ 0,76	8000	COMP		6.080,00	SIM
177	8982	METOCLOPRAMIDA 10MG. .	R\$ 0,44	12000	COMP		5.280,00	SIM
178	46212	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML INJETÁVEL.	R\$ 0,62	1200	COMP		744,00	SIM
179	46213	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS 10 ML. .	R\$ 1,63	600	FR		978,00	SIM
180	46214	METOPROLOL COMPRIMIDO 100 MG	R\$ 0,66	6000	COMP		3.960,00	SIM
181	46215	METOPROLOL COMPRIMIDO 50MG	R\$ 1,10	6000	COMP		6.600,00	SIM
182	17071	METOPROLOL SUCCINATO 25 MG. .	R\$ 0,51	6000	COMP		3.060,00	SIM
183	8990	METRONIDAZOL 250 MG. .	R\$ 5,08	15000	COMP		76.200,00	SIM
184	46216	MICONAZOL 20MG/G BISNAGA 80G – CREME VAGINAL.	R\$ 7,91	300	UN		2.373,00	SIM
185	46217	MIDAZOLAM 5 MG/ML. .	R\$ 4,81	500	AMP		2.405,00	SIM
186	46218	MORFINA 10 MG/ML. .	R\$ 4,03	5000	AMP		20.150,00	SIM
187	46219	MORFINA 30 MG. .	R\$ 3,79	3000	COMP		11.370,00	SIM
188	46220	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG + 250 UI/G BNG 10G:.	R\$ 2,78	800	FR		2.224,00	SIM
189	46221	NIFEDIPINA 20 MG.	R\$ 1,22	15000	COMP		18.300,00	SIM
190	46222	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,07	10000	COMP		700,00	SIM
191	9026	NIMESULIDA 100MG. .	R\$ 0,06	30000	COMP		1.800,00	SIM
192	46223	NISTATINA CREME VAGINAL 60 G 25.000 UI + APLICADORES.	R\$ 7,14	600	UN		4.284,00	SIM
193	46224	NITROFURANTONINA 100 MG. .	R\$ 0,23	1000	COMP		230,00	SIM
194	46225	OMEPRAZOL 20MG CAPSULA	R\$ 0,05	30000	CAPSL		1.500,00	SIM
195	46226	OMEPRAZOL SÓDICO 40 MG (PÓ LIÓFILO INJETÁVEL 40 MG + SOLUÇÃO DILUENTE).	R\$ 8,23	1000	UN		8.230,00	SIM
196	46227	ONDASETRONA (NAUSEDRON) 8MG.	R\$ 0,88	3000	COMP		2.640,00	SIM
197	46228	OXCARBAMAZEPINA 300MG	R\$ 1,03	600	COMP		618,00	SIM
198	46229	OXCARBAMAZEPINA 600MG. .	R\$ 1,61	600	COMP		966,00	SIM
199	46230	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15ML	R\$ 1,57	600	FR		942,00	SIM
200	46231	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,10	30000	COMP		3.000,00	SIM
201	9093	PREDNISONA 20MG. .	R\$ 1,30	10000	COMP		13.000,00	SIM
202	15794	PREDNISONA 5 MG. .	R\$ 0,08	10000	COMP		800,00	SIM
203	46233	PREGABALINA 150MG:.	R\$ 0,47	6000	COMP		2.820,00	SIM
204	17419	PREGABALINA 75 MG. .	R\$ 0,22	10000	COMP		2.200,00	SIM
205	46234	PRESSAT 5MG:.	R\$ 2,66	3000	COMP		7.980,00	SIM
206	46235	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40 MG CP. .	R\$ 0,08	8000	COMP		640,00	SIM
207	46236	PVPI DEGERMANTE 1000 ML. .	R\$ 50,40	200	UN		10.080,00	SIM
208	46237	PVPI TOPICO 1000 ML. .	R\$ 54,94	200	UN		10.988,00	SIM
209	46238	QUETIAPINA 100MG	R\$ 0,64	6000	COMP		3.840,00	SIM
210	46239	QUETIAPINA 50MG	R\$ 2,98	6000	COMP		17.880,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

211	46240	RIFAMICINA SPREY 10 MG/ML 20 ML. .	R\$ 4,48	1000	CX		4.480,00	SIM
212	46241	RISPERIDONA 1MG/ML. .	R\$ 9,64	300	FR		2.892,00	SIM
213	46242	RISPERIDONA 2 MG. .	R\$ 0,16	6000	COMP		960,00	SIM
214	46243	RIVAROXABANA 10 MG XARELTO .	R\$ 1,66	6000	COMP		9.960,00	SIM
215	46244	RIVAROXABANA 20 MG XARELTO \.	R\$ 0,47	6000	COMP		2.820,00	SIM
216	46245	ROSUVASTATINA 20MG:.	R\$ 1,04	6000	COMP		6.240,00	SIM
217	46248	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 3,5G + 1,5G + 2,9G + 20 G CX COM 50 ENVELOPES.	R\$ 13,45	1000	UN		13.450,00	SIM
218	46249	SALBUTAMOL AEROSOL 100UG DOSE FRASCO 200 DOSES: M.	R\$ 14,50	1000	FR		14.500,00	SIM
219	46250	SERTRALINA 100 MG	R\$ 0,39	20000	COMP		7.800,00	SIM
220	21395	SERTRALINA 50 MG. .	R\$ 0,14	80000	COMP		11.200,00	SIM
221	46251	SHILLER 1000 ML.	R\$ 100,25	20	UN		2.005,00	SIM
222	46252	SIMETICONA 75 MG/ML FRASCO CONTA-GOTAS 10 ML.	R\$ 2,18	1000	FR		2.180,00	SIM
223	9168	SINVASTATINA 20MG. .	R\$ 0,07	6000	COMP		420,00	SIM
224	9169	SINVASTATINA 40 MG COMPRIMIDO. .	R\$ 0,12	6000	COMP		720,00	SIM
225	46253	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML.	R\$ 9,27	3000	UN		27.810,00	SIM
226	46254	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML.	R\$ 3,29	300	FR		987,00	SIM
227	46255	SORO FISIOLÓGICO 09 250 ML. .	R\$ 3,92	12000	UN		47.040,00	SIM
228	46256	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 500ML.	R\$ 4,69	12000	FR		56.280,00	SIM
229	46257	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % AMPOLA 10 ML.	R\$ 0,63	2000	UN		1.260,00	SIM
230	46258	SORO GLICO-FISIOLÓGICO - C/250ML.	R\$ 7,00	1000	UN		7.000,00	SIM
231	46259	SORO GLICOSADO 250 ML. .	R\$ 5,35	2000	UN		10.700,00	SIM
232	46260	SORO GLICOSADO 500 ML. .	R\$ 6,11	2000	UN		12.220,00	SIM
233	46261	SORO RINGER LACTATO 500 ML. .	R\$ 7,21	1000	UN		7.210,00	SIM
234	46262	SULFADIAZINA DE PRATA 1 400GR PT. .	R\$ 26,59	200	POTE		5.318,00	SIM
235	46263	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 +40 MG.	R\$ 1,77	6000	COMP		10.620,00	SIM
236	46264	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPRIMA 40+8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL.	R\$ 4,77	600	UN		2.862,00	SIM
237	46265	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML.	R\$ 11,43	300	FR		3.429,00	SIM
238	46266	SULFATO FERROSO 125MG/ML GOTAS 30 ML. .	R\$ 1,86	600	FR		1.116,00	SIM
239	20221	SULFATO FERROSO 40 MG. .	R\$ 0,05	8000	COMP		400,00	SIM
240	46267	TENOXICAM 20 MGJ PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJ 20MG/2ML FRASCO-AMPOLA	R\$ 8,27	3000	FR		24.810,00	SIM
241	46268	TOPIRAMATO 100 MG. .	R\$ 0,32	2000	COMP		640,00	SIM
242	46269	TOPIRAMATO 25 MG. .	R\$ 0,27	2000	COMP		540,00	SIM
243	46270	TOPIRAMATO 50 MG. .	R\$ 0,42	3000	COMP		1.260,00	SIM
244	46271	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO 500 MG (TORVAL CR).	R\$ 2,46	3000	COMP		7.380,00	SIM
245	46272	VALPROATO DE SÓDIO XAROPE 50 ML. .	R\$ 7,85	600	FR		4.710,00	SIM
246	20223	VARFARINA SÓDICA 5 MG. .	R\$ 0,30	6000	COMP		1.800,00	SIM
247	46273	VASELINA 1000 ML. .	R\$ 35,45	20	LT		709,00	SIM
248	46274	VITAMINA K INJETAVEL 10MG/ML. .	R\$ 3,00	2000	AMP		6.000,00	SIM

7 LEVANTAMENTO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

7.1 A solicitação em relação a aquisição se justifica em razão da solicitação realizada pela equipe das Secretaria Municipal de Saúde, visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais médicos, para atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde, conforme justificativa apresentada, sendo que a solução pela compra é rotineira, ou seja, visto que a especificação dos itens se deu de forma a contemplar produtos de boa qualidade, garantindo maior eficiência da contratação e economicidade, sem prejuízo da ampliação da disputa e consequente isonomia entre os pretensos licitantes.

7.2 A aquisição é a única solução viável, face a necessidade de manutenção dos estoques de medicamentos e materiais médicos e atendimento da demanda, garantindo a eficiência da prestação dos serviços disponibilizados pela Administração.



8 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 8.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais médicos, para atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde, através de procedimentos para realização, mediante licitação na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, para registro formal de preços relativos à referida aquisição para contratações futuras.
- 8.2 Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns visto que os seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos no presente ETP, e serão assim definidos no futuro edital da Licitação, por meio de especificações usuais de mercado.
- 8.3 O objeto da contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei 14.133/21 conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 8.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 8.5 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 8.6 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 8.7 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.8 O instrumento contratual de que trata o item 8.5. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 8.9 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.10 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 8.10.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 8.10.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 8.10.3 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 8.10.4 Mantiverem sua proposta original.
- 8.11 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 8.12 O registro a que se refere o item 8.10 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 8.13 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 8.14 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 8.15 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 8.16 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas em Ata.
- 8.17 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 8.18 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 8.19 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, face o baixo risco da contratação, e a possibilidade de ampliação da disputa, visando maior economicidade nas eventuais aquisições e isonomia na participação de pretensos licitantes.



8.20 Face a natureza da aquisição, não foram identificados possíveis impactos ambientais relevantes, devendo a Contratada, na hipótese da aquisição gerar algum tipo de refugo, promover o adequado descarte bem como garantir a fabricação e/ou fornecimento dos produtos em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas da ANVISA, conforme o caso, em especial da RESOLUÇÃO – RDC ANVISA Nº15, DE 15 DE MARÇO DE 2012; RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 430, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, e da RESOLUÇÃO SES/MG Nº 5815, DE 18 DE JULHO DE 2017.

8.21 Não haverá a necessidade de apresentação de amostras.

8.22 Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

8.23 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

9.1 A solução escolhida compreende a futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais médicos, para atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde, com características/especificações distintas, razão pela qual, visando a máxima participação de pretensos licitantes, fora definido a divisão dos produtos em itens.

9.2 A proposta apresentada deverá se referir à totalidade do item por ele cotado;

9.3 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

10.1 O resultado pretendido é a contratação/seleção da proposta mais vantajosa objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais médicos, para atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde, através de empresa com capacidade para fornecimento e entrega dos produtos.

10.2 Espera-se que a solução escolhida garanta uma contratação econômica do ponto de vista financeiro e eficiente em todos os aspectos, notadamente naqueles relacionados a preço, qualidade e recebimento do objeto.

10.3 Alocação de empregados com expertise para cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo os materiais, na qualidade e quantidade especificadas na Ata de Registro de Preços.

10.4 Gestão das obrigações contratuais, por meio de preposto da contratada com a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução da Ata de Registro de Preços; com o fim de debelar a execução do fornecimento efetuados com vícios, defeitos ou incorreções e na ocorrência destes arcar com as devidas correções; de cumprir as obrigações junto aos empregados, de segurança do trabalho, trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica; instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a executar as atividades estritamente abrangidas pela Ata de Registro de Preços.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

11.1 A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento dos itens e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade da compra.

12. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1 A equipe de gestão e fiscalização e Fiscalização será formada pelos seguintes servidores:

Gestão do Contrato:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	GERÊNCIA
Carla Simone Soares da Conceição Ramos	Secretário Municipal de Saúde	Saúde

Fiscal Técnico:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SECRETARIA
Tiago Ramos	Farmacêutico	Saúde

12.2 Fiscalização Técnica

12.2.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.2.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.2.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.2.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.2.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.3 Gestor do Contrato

12.3.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.3.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

12.3.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.3.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.3.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.3.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.3.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13 DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 Considerando que a aquisição se dará mediante a contratação de empresa com capacidade comprovada para cumprimento do objeto, mediante o preenchimento de requisitos de habilitação que serão definidos no termo de referência; considerando que demanda no mercado deste tipo de aquisição proporciona competitividade para contratação, e consequente economicidade ao Município; declaramos que a contratação é viável.

14 MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

FASE DE ANÁLISE: (X) Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor () Gestão de Contrato			
RISCO01: DEFINIÇÃO INCORRETA DA DEMANDA			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
CAUSA/ORIGEM DO EVENTO DE RISCO: Análise da demanda insuficiente, em especial fase a variações dos quantitativos dentro do período de vigência do Contrato. Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso.			
Consequência/Dano			
Realizar a aquisição de maneira insuficiente, não sanando a necessidade da administração durante a vigência do Contrato.			



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

Ação Preventiva		Responsável	
Levantamento da demanda realizando relatórios e análises de fornecimento.		Coordenação dos Setores demandantes: Secretaria Municipal de Saúde e responsável pela Farmácia de Todos.	
Ação de Contingência		Responsável	
Levantamento de nova demanda para realização de processo licitatório que possibilite suprir as necessidades.		Equipe de Planejamento da Contratações da Secretaria Municipal de Saúde	
FASE DE ANÁLISE:() Planejamento da Contratação (X) Seleção do Fornecedor () Gestão de Contrato			
RISCO02: ESCOLHA DE FORNECEDOR QUE NÃO TENHA CAPACIDADE PARA FORNECIMENTO DE TODA A QUANTIDADE SOLICITADA.			
Probabilidade:	(X) Baixa () Média		

FASE DE ANÁLISE: () Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor (X) Gestão de Contrato			
RISCO03: DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUIAS EM RELAÇÃO AO FORNECIMENTO.			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
Causa			
Indisponibilidade de promover o fornecimento em razão de alegação de desabastecimento do produto, da discussão sobre os preços e/ou pagamento pelo Município.			
Consequência/Dano			
Quebra de contrato; eventual convocação dos licitantes remanescentes; e impossibilidade de fornecer os produtos.			
Ação Preventiva		Responsável	
Verificar previamente junto ao fornecedor possíveis problemas relacionados ao fornecimento dos produtos.		Fiscais do contrato que são devidamente designados no processo.	
Ação de Contingência		Responsável	
Repassar os casos para o Gestor do Contrato, caso não solucionar a demanda junto ao fornecedor, acionar o Setor Jurídico do Município.		Fiscais e Gestor do contrato que são devidamente designados no processo.	

15NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM AS EMPRESAS A SEREM CONTRATADAS

- 15.1 A contratação deverá observar as disposições das seguintes legislações:
15.2 Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações);
15.3 Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
15.4 Lei Complementar nº 123/06, de 14/12/2006;
15.5 Decreto Municipal nº 220/2024 e 232/2024, regulamenta a Lei 14.133/21;
15.6 Demais legislações aplicáveis à presente contratação.

16CLASSIFICAÇÃO DESTE DOCUMENTO QUANTO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)

- 16.1 Este documento tem o nível de acesso classificado como PÚBLICO.

Ibiaí – MG, 12 de novembro de 2025

Manuel Joaquim Guerra
Secretaria Municipal de Governo



ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE IBIAÍ, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E

O MUNICÍPIO DE IBIAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, centro, cidade de Ibiaí - MG, neste ato representado pela Prefeita a Sra Maurina Fonseca Mota de Matos, brasileira, casado, inscrito no CPF nº 520.067.276-72 RG nº M-2928392, CPF, residente e domiciliado na Rua Inácio do Couto Moreno, nº 252, Bairro Alto São João, nesta cidade de Ibiaí-MG, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a),inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n./....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de medicamentos e materiais médicos, para atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PART. EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIP.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta do contratado;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 20....., contados a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, respeitada a vigência dentro do exercício econômico financeiro.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V)

5.1 O valor total do contrato é de R\$ (....), sendo os valores unitários dos itens os dispostos na tabela do item 1.2 supra.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior

6.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

6.3 As demais disposições sobre liquidação e pagamento ao contratado encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Ibiaí para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10 A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.
- 8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Entregar o objeto conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada;
- 9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.19 Os produtos deverão possuir registro na ANVISA, ressalvados aqueles que sejam dispensados desta obrigação.

9.20 Cumprir todas as disposições da do Ministério da Saúde/ANVISA, no que se refere a qualidade, acondicionamento, e demais condições que garantam a qualidade dos produtos, bem como as RESOLUÇÃO – RDC ANVISA Nº15, DE 15 DE MARÇO DE 2012; RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 430, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, e da RESOLUÇÃO SES/MG Nº 5815, DE 18 DE JULHO DE 2017, conforme o caso, dentre outras.

9.21 Cumprir todas as disposições da do Ministério da Saúde/ANVISA, no que se refere a qualidade, acondicionamento, e demais condições que garantam a qualidade dos medicamentos, inclusive boas práticas de fabricação, conforme o caso, dentre outras.

9.22 Em se tratando de medicamentos a serem fornecidos em cumprimento a ordem judicial, deverá ser aplicado o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, para os medicamentos e produtos sujeitos a esta aplicação, conforme estabelecido pela ANVISA e CMED.

10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

i. *O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (VINTE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo ente ora contratante.



12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

090210.301.0014.2064 MANUT DAS ATIV DA ASSISTENCI FARMACEUTICA - 3339030000000 Material de Consumo 15000002 RECURSOS DE IMPOSTOS - ASPS 608

090210.301.0014.2064 MANUT DAS ATIV DA ASSISTENCI FARMACEUTICA - 3339030000000 Material de Consumo 16000000 TRANSF. DE REC. DO SUS - GOVER 609

090210.301.0014.2064 MANUT DAS ATIV DA ASSISTENCI FARMACEUTICA - 3339030000000 Material de Consumo 16020000 TRANSF FUNDO A FUNDO DE REC DO 610

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Coração de Jesus/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local],[dia]de[mês] de[ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O **MUNICÍPIO DE IBIAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, centro, cidade de Ibiaí - MG, neste ato representado pela Prefeita a Sra Maurina Fonseca Mota de Matos, brasileira, casado, inscrito no CPF nº 520.067.276-72 RG nº M-2928392, CPF, residente e domiciliado na Rua Inácio do Couto Moreno, nº 252, Bairro Alto São João, nesta cidade de Ibiaí-MG, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a),inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
01	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
...								

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, sendo que na hipótese da prorrogação, poderão ser restituídos os quantitativos inicialmente licitados.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.8 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.8.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.8.2 Mantiverem sua proposta original.

5.9 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.10 O registro a que se refere o item 5.8 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.11 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.12 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.12.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.12.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.13 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.14 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.15 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.16 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.17 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.18 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.8, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.18.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.18.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.19 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.4 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 4.6 e 4.7 supra.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5.1 Por razão de interesse público;

9.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

APÊNDICE DO ANEXO III

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Após analisarmos o Edital e termos pleno conhecimento de seu conteúdo, propomos promover o fornecimento, sob nossa responsabilidade, conforme descrição abaixo e no valor a seguir:

SEQ	ITEM	DESCRIO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN	MARCA	TOTAL R\$	EXCLUSIVO PARTICIPAÇÃO ME/EPP EQUIPARADAS
1	46012	ACICLOVIR SÓDICO 200 MG. .		3000	COMP			SIM
2	20271	ACICLOVIR SÓDICO 50 MG CREME. .		100	UN			SIM
3	17069	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG. .		10000	COMP			SIM
4	46013	ACIDO ASCORBICO 500MG/5ML VITAMINA C		5000	AMP			SIM
5	46014	ACIDO VALPROICO 250MG CAPSULA		12000	CAPSL			SIM
6	46015	ACIDO VALPROICO 500MG. .		10000	CAPSL			SIM
7	46016	ADENOSINA 6 MG/2 ML. .		1000	AMP			SIM
8	46017	ADRENALINA INJETÁVEL 1MG/ML. .		1000	AMP			SIM
9	46018	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - 1000ML.		400	UN			SIM
10	46019	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML CX COM 200. .		600	CX			NÃO
11	46019	[ME/EPP] - ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML CX COM 200		200	CX			SIM
12	46020	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO. .		6000	COMP			SIM
13	46021	ALBENDAZOL 40 MG SUSPENSÃO ORAL. .		600	FR			SIM
14	46023	ALCOOL ABSOLUTO 1 LT. .		200	UN			SIM
15	46024	ALCOOL IODADO 1000 ML. .		300	UN			SIM
16	46026	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO. .		10000	COMP			SIM
17	46027	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO. .		10000	COMP			SIM
18	46028	ALPRAZOLAM 1 MG. .		30000	COMP			SIM
19	46029	AMBROXOL 30 MG/ 5ML. .		1000	UN			SIM
20	46030	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA 10ML. .		500	AMP			SIM
21	46031	AMIODARONA 200 MG. .		3000	COMP			SIM
22	46032	AMITRIPITILINA 25 MG. .		15000	COMP			SIM
23	8458	AMOXICILINA 500MG. .		12000	CAPSL			SIM
24	46033	AMOXICILINA 50MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO 60ML. .		3000	UN			SIM
25	46034	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG.		7500	COMP			NÃO
26	46034	[ME/EPP] - AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG.		2500	COMP			SIM
27	46035	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO SUSPENSÃO ORAL 50 MG + 12,5 MG/ML.		2000	FR			SIM
28	46036	AMPICILINA INJETAVEL 1GR AMPOLA. .		200	AMP			SIM
29	46037	ANLODIPINO 05 MG. .		10000	COMP			SIM
30	20136	ATENOLOL 50 MG. .		6000	COMP			SIM
31	46041	ATORVASTATINA 20 MG. .		18000	COMP			SIM
32	46042	ATROPINA 0,50 MG/ML.		300	AMP			SIM
33	46043	AZITROMICINA 40 MG/ML. .		2000	FR			SIM
34	15805	AZITROMICINA 500MG. .		12000	COMP			SIM
35	46044	BACLOFEN 10MG		2000	COMP			SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

36	46045	BICARBONATO D SODIO 10 10 ML. .		200	AMP			SIM
37	46046	BIPERIDENO 2MG. .		5000	COMP			SIM
38	46048	BROMETO DE IPATROPIO 0,25 MG GOTAS.		1000	FR			SIM
39	46049	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL. .		400	UN			SIM
40	46050	BUDESONIDA/ DOSE 64MG. .		1200	UN			SIM
41	46051	BULTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML. .		5000	AMP			SIM
42	46052	BULTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA INJETAVEL 500MG/ML.		10000	AMP			SIM
43	46053	BUPROPIONA 150MG. .		1000	COMP			SIM
44	46054	BUSPIRONA 10MG (ANSITEC).		3000	COMP			SIM
45	20143	CAPTOPRIL 25 MG. .		25000	COMP			SIM
46	8545	CARBAMAZEPINA 200MG. .		10000	COMP			SIM
47	46055	CARBAMAZEPINA XAROPE 20MG/ML SUSPENSÃO 100 ML.		300	FR			SIM
48	46056	CARBONATO DE LÍTIO 300MG. .		5000	COMP			SIM
49	46098	CARVEDILOL 12MG:.		10000	COMP			SIM
50	17301	CARVEDILOL 25 MG. .		10000	COMP			SIM
51	43764	CARVEDILOL 6,25 MG . COMPRIMIDO		15000	COMP			SIM
52	46099	CEFALEXINA 250 MG SUSPENSÃO 60 ML. .		1000	FR			SIM
53	43767	CEFALEXINA 500 MG. COMPRIMIDO		20000	COMP			SIM
54	46100	CEFTRIAXONA 1G - IM.		500	FR			SIM
55	46101	CEFTRIAXONA 1 GR EV. .		2000	AMP			SIM
56	15813	CEFTRIAXONA 1 GR EV. .		2000	AMP			SIM
57	46102	CETOPROFENO SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/ML IV FRASCO-AMP.		2000	AMP			SIM
58	46103	CIMETIDINA INJETÁVEL 150MG:.		3000	AMP			SIM
59	20152	CIPROFIBRATO 100 MG. .		8000	COMP			SIM
60	46104	CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO. .		9000	COMP			NÃO
61	46104	[ME/EPP] - CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO. .		3000	COMP			SIM
62	46105	CITRATO DE FENTANILA 78,5 MCG/ML AMP 5 ML.		200	AMP			SIM
63	46106	CLONAZEPAM 2 MG COMP. .		20000	COMP			SIM
64	46107	CLONAZEPAN 2,5 MG/ML - 20 ML.		600	FR			SIM
65	46108	CLOPIDOGREL 75MG. .		3000	COMP			SIM
66	46109	CLORETO DE POTÁSSIO KCL 10. .		500	AMP			SIM
67	46110	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG/ ML 3 ML. .		1000	AMP			SIM
68	46111	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPINA 10MG \.		6000	COMP			SIM
69	46112	CLORIDRATO DE CIMETIDINA 25MG/ML		8000	AMP			SIM
70	46113	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML 10 ML.		500	AMP			SIM
71	46114	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG. .		10000	CAPSL			SIM
72	46115	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML		200	AMP			SIM
73	46116	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG / ML. .		600	FR			SIM
74	46117	CLORIDRATO DE NALOXONA (NARCAN) SOLUÇÃO INJETAVEL 0,4 MG/ML.		500	AMP			SIM
75	46118	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG INJETÁVEL 2ML. .		3000	AMP			SIM
76	46120	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML. .		5000	AMP			SIM
77	46121	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG. .		10000	COMP			SIM
78	46122	CLORIDRATO DE SUXAMETÔNIO 100 MG FRASCO-AMPOLA.		200	FR			SIM
79	46123	CLORIDRATO DE TIAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/ML. .		2000	AMP			SIM
80	46124	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/2ML INJETAVEL		2000	AMP			SIM
81	8655	CLORPROMAZINA 100MG. .		3000	COMP			SIM
82	46125	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO.		1500	COMP			SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

83	46127	COLIRIO CYLOCORT		200	FR			SIM
84	46128	COLIRIO MAXILERG		200	FR			SIM
85	46129	COLÍRIO OPTIVE..		100	FR			SIM
86	15854	COMPLEXO B INJETÁVEL. .		8000	AMP			SIM
87	46134	DESVENLAFAXINA 100MG		3000	COMP			SIM
88	46135	DETERGENTE ENZIMATICO 4ML/L 1000 ML. .		200	LT			SIM
89	46136	DEXAMETASONA 1 MG / G CREME. .		2000	UN			SIM
90	46137	DEXAMETASONA 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA		100	FR			SIM
91	46138	DEXAMETASONA 4MG/ML AMP 2,5ML.		8000	AMP			SIM
92	46139	DEXAMETASONA INJETAVEL 2MG/ML:..		3000	AMP			SIM
93	46140	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL.		600	FR			SIM
94	46141	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2 MG COMPRIMIDO		8000	COMP			SIM
95	46142	DIAZEPAM 10MG 2ML INJETAVEL. .		200	UN			SIM
96	46143	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO. .		6000	COMP			SIM
97	46144	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO GEL. .		1000	TUBO			SIM
98	15780	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML. .		8000	AMP			SIM
99	46145	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO.		3000	COMP			SIM
100	46146	DIPIRONA 500MG/ 2ML		10000	AMP			SIM
101	15779	DIPIRONA SÓDICA 500MG. .		30000	COMP			SIM
102	46147	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML.		6000	FR			SIM
103	46148	DULOXETINA 30MG (VELIJA).		3000	FR			SIM
104	46149	DULOXETINA 60 MG		3000	COMP			SIM
105	17075	ENALAPRIL 10 MG. .		10000	COMP			SIM
106	8750	ENALAPRIL 20MG. .		15000	COMP			SIM
107	46150	EPINEFRINA (ADRENALINA) 1 MG/ML.		500	AMP			SIM
108	46151	ESCITALOPRAM 10MG		15000	COMP			SIM
109	46152	ESCITALOPRAM 20MG. .		15000	COMP			SIM
110	17743	ESPIRONOLACTONA 25 MG COMPRIMIDO. .		3000	COMP			SIM
111	46153	ETER SULFURICO 1000ML. .		30	UN			SIM
112	46154	ETEXILATO DE DABIGRATANA 110 MG PRADAXA \.		3000	CAPSL			SIM
113	46155	ETEXILATO DE DABIGRATANA 150 MG PRADAXA \.		3000	CAPSL			SIM
114	46156	ETILEFRINA (EFORTIL) 10 MG/ ML.		200	AMP			SIM
115	46157	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03 MG + 0,15 MG CARTELA COM 21 UNID.		6000	CARTL			SIM
116	46158	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV. .		200	AMP			SIM
117	8763	FENITOINA 100 MG. .		15000	COMP			SIM
118	46159	FENITOINA SÓDICA 50 MG/ML. .		800	AMP			SIM
119	46160	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO. .		6000	COMP			SIM
120	46161	FENOBARBITAL 40 MG / ML 2 ML. .		200	FR			SIM
121	46162	FENOBARBITAL SÓDICO 200 MG/2ML. .		800	AMP			SIM
122	46163	FENOTEROL 100 MCG AEROSOL FRASCO 200 DOSES.		500	FR			SIM
123	46164	FENOTEROL GOTAS. .		1000	FR			SIM
124	46165	FITOMENADIONA (VITM K) 10 MG/ML IM.		2000	AMP			SIM
125	46166	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML.		200	AMP			SIM
126	8789	FLUOXETINA 20MG. .		10000	COMP			SIM
127	46167	FORMOL 10 1000 ML. .		30	LT			SIM
128	46168	FORMOTEROL 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG - CÁPSULA INAL. FRASCO 60 DOSES.		1200	CAPSL			SIM
129	46169	FORMOTEROL 12MCG + BUDESONIDA 400MCG - PÓ PI/INALAÇÃO FRASCO C/ 60 DOSES.		750	FR			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

130	46169	[ME/EPP] - FORMOTEROL 12MCG + BUDESONIDA 400MCG - PÓ P/ INALAÇÃO FRASCO C/ 60 DOSES.		250	FR			SIM
131	46170	FOSFATO DE CODEINA 30 MG. .		3000	COMP			SIM
132	46171	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3 MG XPE. 60ML.		10000	FR			SIM
133	46172	FUROSEMIDA 10 MG/ML. .		2000	AMP			SIM
134	8808	FUROSEMIDA 40MG. .		20000	COMP			SIM
135	46173	GABAPENTINA 300MG, CÁPSULA.		2000	COMP			SIM
136	46175	GEL ESPECIAL PARA USO COMO CONTATO PARA TRANSMISSÃO DE IMPULSOS ELÉTRICOS NOS EX.		300	UN			SIM
137	46176	GLIBENCLAMIDA 5MG. .		10000	COMP			SIM
138	46177	GLICASIDA 30MG. .		30000	COMP			SIM
139	46178	GLICOSE 50 % AMPOLA 10 ML – SOL.INJETÁVEL..		4000	AMP			SIM
140	46179	GLIFAGE 1G..		6000	COMP			SIM
141	46180	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO. .		6000	COMP			SIM
142	46181	HALOPERIDOL 5MG/ML INJETÁVEL. .		2000	AMP			SIM
143	20078	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. .		1000	AMP			SIM
144	46182	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52 MG/ML..		300	AMP			SIM
145	46183	HEPARINA SODICA 5.000UI/025 ML SOLUÇÃO INJ SC AMPOLA 0,25ML		500	AMP			SIM
146	46184	HIDRALAZINA 20MG		200	AMP			SIM
147	8848	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO. .		100000	COMP			SIM
148	46186	HIDROCORTISONA 500MG AMPOLA. .		3000	UN			SIM
149	46187	HIDROCORTIZONA 100MG AMPOLA. .		3000	UN			SIM
150	46188	HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5 MG /ML.		200	FR			SIM
151	46189	HIDROXIZINA 2 MG/ML.		500	FR			SIM
152	46190	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML. .		3000	FR			SIM
153	8867	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO		30000	COMP			SIM
154	46191	INSULINA HUMANA NPH SUSPENSÃO INJETÁVEL 100 UI/ML FRASCO AMPOLA 10 ML.		500	AMP			SIM
155	46192	INSULINA HUMANA REGULAR SOLUÇÃO INJETAVLE 100/UI/ML FRASCO AMPOLA 10 ML. .		200	AMP			SIM
156	46193	IVERMECTINA 6 MG. .		5000	COMP			SIM
157	46194	KOLLAGENASE 0,6U/G, CAIXA COM 10 BISNAGAS COM 30G.		300	CX			SIM
158	46195	LACOSAMIDA 100MG		1000	COMP			SIM
159	17409	LACTULOSE 667 MG/ML. .		1000	FR			SIM
160	46196	LAMOTRIGINA 100 MG. .		6000	COMP			SIM
161	46197	LAMOTRIGINA 50 MG. .		6000	COMP			SIM
162	46198	LEVODOPA +BESERAZIDA 200+50MG/MG.		3000	COMP			SIM
163	46199	LEVODOPA + CARBIDOPA 200+50 MG/MG.		3000	COMP			SIM
164	46200	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG. .		6000	COMP			SIM
165	46201	LIDOCAINA 20 MG 2 BISNAGA 30 G GELEIA. .		300	FR			SIM
166	46202	LIDOCAINA 20MG 2 COM VASOCONSTRICTOR 20 MLS. .		200	FR			SIM
167	46203	LIDOCAÍNA 20 MG/ML2 SEM VASO CONSTRUTOR 20 ML. .		200	FR			SIM
168	46204	LIPIDIL 160 MG		600	COMP			SIM
169	46205	LIXIANA 30MG		600	COMP			SIM
170	17073	LORATADINA 10 MG. .		12000	COMP			SIM
171	46206	LORATADINA 1 MG /ML XAROPE FRASCO 100 ML. .		2000	FR			SIM
172	46207	LOSARTAN POTASSICA 50 MG COMPRIMIDO. .		60000	COMP			SIM
173	46210	METFORMINA 500MG. .		12000	COMP			SIM
174	46211	METFORMINA 850 MG COMPRIMIDO. .		18000	COMP			SIM
175	17415	METILDOPA 250 MG. .		6000	COMP			SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

176	8975	METILDOPA 500MG. .		8000	COMP			SIM
177	8982	METOCLOPRAMIDA 10MG. .		12000	COMP			SIM
178	46212	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML INJETÁVEL.		1200	COMP			SIM
179	46213	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS 10 ML. .		600	FR			SIM
180	46214	METOPROLOL COMPRIMIDO 100 MG		6000	COMP			SIM
181	46215	METOPROLOL COMPRIMIDO 50MG		6000	COMP			SIM
182	17071	METOPROLOL SUCCINATO 25 MG. .		6000	COMP			SIM
183	8990	METRONIDAZOL 250 MG. .		15000	COMP			SIM
184	46216	MICONAZOL 20MG/G BISNAGA 80G – CREME VAGINAL.		300	UN			SIM
185	46217	MIDAZOLAM 5 MG/ML. .		500	AMP			SIM
186	46218	MORFINA 10 MG/ML. .		5000	AMP			SIM
187	46219	MORFINA 30 MG. .		3000	COMP			SIM
188	46220	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG + 250 UI/G BNG 10G:.		800	FR			SIM
189	46221	NIFEDIPINA 20 MG.		15000	COMP			SIM
190	46222	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO. .		10000	COMP			SIM
191	9026	NIMESULIDA 100MG. .		30000	COMP			SIM
192	46223	NISTATINA CREME VAGINAL 60 G 25.000 UI + APLICADORES.		600	UN			SIM
193	46224	NITROFURANTONINA 100 MG. .		1000	COMP			SIM
194	46225	OMEPRAZOL 20MG CAPSULA		30000	CAPSL			SIM
195	46226	OMEPRAZOL SÓDICO 40 MG (PÓ LIÓFILO INJETÁVEL 40 MG + SOLUÇÃO DILUENTE).		1000	UN			SIM
196	46227	ONDASETRONA (NAUSEDRON) 8MG.		3000	COMP			SIM
197	46228	OXCARBAMAZEPINA 300MG		600	COMP			SIM
198	46229	OXCARBAMAZEPINA 600MG. .		600	COMP			SIM
199	46230	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15ML		600	FR			SIM
200	46231	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO. .		30000	COMP			SIM
201	9093	PREDNISONA 20MG. .		10000	COMP			SIM
202	15794	PREDNISONA 5 MG. .		10000	COMP			SIM
203	46233	PREGABALINA 150MG:.		6000	COMP			SIM
204	17419	PREGABALINA 75 MG. .		10000	COMP			SIM
205	46234	PRESSAT 5MG:.		3000	COMP			SIM
206	46235	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40 MG CP		8000	COMP			SIM
207	46236	PVPI DEGERMANTE 1000 ML. .		200	UN			SIM
208	46237	PVPI TOPICO 1000 ML. .		200	UN			SIM
209	46238	QUETIAPINA 100MG		6000	COMP			SIM
210	46239	QUETIAPINA 50MG		6000	COMP			SIM
211	46240	RIFAMICINA SPREY 10 MG/ML 20 ML. .		1000	CX			SIM
212	46241	RISPERIDONA 1MG/ML. .		300	FR			SIM
213	46242	RISPERIDONA 2 MG. .		6000	COMP			SIM
214	46243	RIVAROXABANA 10 MG XARELTO .		6000	COMP			SIM
215	46244	RIVAROXABANA 20 MG XARELTO \.		6000	COMP			SIM
216	46245	ROSUVASTATINA 20MG:.		6000	COMP			SIM
217	46248	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 3,5G + 1,5G + 2,9G + 20 G CX COM 50 ENVELOPES.		1000	UN			SIM
218	46249	SALBUTAMOL AEROSOL 100UG DOSE FRASCO 200 DOSES: M.		1000	FR			SIM
219	46250	SERTRALINA 100 MG		20000	COMP			SIM
220	21395	SERTRALINA 50 MG. .		80000	COMP			SIM
221	46251	SHILLER 1000 ML.		20	UN			SIM
222	46252	SIMETICONA 75 MG/ML FRASCO CONTA-GOTAS 10 ML.		1000	FR			SIM
223	9168	SINVASTATINA 20MG. .		6000	COMP			SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

224	9169	SINVASTATINA 40 MG COMPRIMIDO. .		6000	COMP			SIM
225	46253	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML.		3000	UN			SIM
226	46254	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML.		300	FR			SIM
227	46255	SORO FISIOLÓGICO 09 250 ML. .		12000	UN			SIM
228	46256	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 500ML.		12000	FR			SIM
229	46257	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % AMPOLA 10 ML.		2000	UN			SIM
230	46258	SORO GLICO-FISIOLÓGICO - C/250ML.		1000	UN			SIM
231	46259	SORO GLICOSADO 250 ML. .		2000	UN			SIM
232	46260	SORO GLICOSADO 500 ML. .		2000	UN			SIM
233	46261	SORO RINGER LACTATO 500 ML. .		1000	UN			SIM
234	46262	SULFADIAZINA DE PRATA 1 400GR PT. .		200	POTE			SIM
235	46263	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 +40 MG.		6000	COMP			SIM
236	46264	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPRIMA 40+8 MG/ML SUSPENSÃO ORAL.		600	UN			SIM
237	46265	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML.		300	FR			SIM
238	46266	SULFATO FERROSO 125MG/ML GOTAS 30 ML. .		600	FR			SIM
239	20221	SULFATO FERROSO 40 MG. .		8000	COMP			SIM
240	46267	TENOICAM 20 MGJ PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJ 20MG/2ML FRASCO-AMPOLA		3000	FR			SIM
241	46268	TOPIRAMATO 100 MG. .		2000	COMP			SIM
242	46269	TOPIRAMATO 25 MG. .		2000	COMP			SIM
243	46270	TOPIRAMATO 50 MG. .		3000	COMP			SIM
244	46271	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO 500 MG (TORVAL CR).		3000	COMP			SIM
245	46272	VALPROATO DE SÓDIO XAROPE 50 ML. .		600	FR			SIM
246	20223	VARFARINA SÓDICA 5 MG. .		6000	COMP			SIM
247	46273	VASELINA 1000 ML. .		20	LT			SIM
248	46274	VITAMINA K INJETAVEL 10MG/ML. .		2000	AMP			SIM

VALOR TOTAL DA PROPOSTA _____ (_____).

Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias, contados da data de apresentação da mesma): _____ (_____)
dias.

_____, ____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do Representante Legal.
Carimbo da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 26/2025 – PROCESSO 65/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Saúde de Ibiaí - MG

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.912.500,60 (dois milhões e novecentos e doze mil e quinhentos reais e sessenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/11/2025 às 08:30:h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

Modo de disputa: Aberto

LOCAL:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PUBLICADO NO QUADRO GERAL DE AVISOS DO MUNICÍPIO
DE IBIAÍ EM: 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

José Pedro Rodrigues Marçal
Agente de Contratação
Portaria nº: 051 de 23 de janeiro de 2025